



O IMPACTO DO CENSO 2010 NO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA REGIÃO DA COMCAM

Área: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CUNHA, Rosiane Cristina de Oliveira

AFFONSO, Bruna Marie Candil

FERREIRA, Jorge Leandro Delconte

Resumo:

O objetivo central deste trabalho foi comparar e analisar a evolução da transferência constitucional do FPM – Fundo de Participação dos Municípios - para os Municípios da COMCAM - Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão, utilizando como base o Censo de 2007 e projetando os repasses de 2011 com base no Censo Populacional de 2010. O FPM é arrecadado a partir do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e seu critério de transferência aos municípios de população inferior a 200 mil habitantes é a população, organizada em faixas. Esta pesquisa aplicada pode ser caracterizada como descritiva, e tem caráter quantitativo e qualitativo, tendo sido desenvolvida a partir de consulta a dados secundários, trabalhados para gerar as informações necessárias ao entendimento da questão. Como principais resultados podemos destacar os seguintes: primeiramente, que apenas um dos municípios da Comcam (Peabiru) alterou a sua faixa populacional, resultando em um aumento do coeficiente de participação no FPM; em segundo lugar, o município de Barbosa Ferraz caiu de faixa populacional. Que todos os demais municípios sofreram leve redução na sua fatia de participação, em função do aumento do FPM nos municípios do Estado como um todo. Outro resultado a destacar é que, dado o aumento da arrecadação de IR e IPI, todos os municípios estão experimentando aumento nos repasses do FPM na Comcam. Por fim, a análise do FPM *per capita* revela distorções no repasse do FPM, as quais poderiam ser minimizadas se tal recurso tivesse um número maior de faixas populacionais para determinar sua partição.

Palavras-chave: Fundo de Participação dos Municípios. Censo Demográfico. Comcam.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho inicialmente demonstrará conceitos de Contabilidade Pública e Orçamento Público, para explanar sobre o assunto de impostos, sua arrecadação e a transferência aos municípios. O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é um montante



de alguns desses impostos que tem sua distribuição influenciada diretamente pela variação populacional do município.

São de conhecimento público os valores e os critérios de transferência do FPM. Porém no ano de 2011, os valores sofreram alterações de acordo com as variações populacionais apresentadas pelo Censo Demográfico realizado em 2010. Assim, este trabalho de conclusão de curso estimará o impacto dessas alterações de valores nos orçamentos dos 25 municípios paranaenses que compõem a Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão (Comcam). A demonstração da pesquisa desse trabalho resultará na análise da situação do município para com a região que está incluída. Com este projeto pretendemos contribuir com a discussão de um tema pouco abordado pela contabilidade, mas que tem importância ímpar na construção de políticas regionais governamentais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Os conceitos de Contabilidade Pública, o processo de mensuração da evolução populacional no país, Orçamento Público, com ênfase para a esfera municipal, sobre o FPM, e por fim sobre a Comcam serão tratados nesta de pesquisa.

2.1 CONTABILIDADE PÚBLICA

A contabilidade pública tem como objetivo demonstrar de forma ordenada os elementos, a composição, o conteúdo das peças contábeis e a análise e interpretação de seus resultados.

Conforme Araújo e Arruda (2009, p. 18)

A contabilidade pública é o ramo da ciência contábil, voltado para o registro, o controle e a demonstração dos fatos mensuráveis em moeda que afetam o patrimônio da União, dos Estados e dos municípios e suas respectivas autarquias e fundações, ou seja, as entidades de direito público interno.

A cada dia que passa existe uma maior necessidade de organizar e apresentar de forma clara os resultados orçamentários, financeiros, patrimoniais e suas variações acrescentando à



contabilidade pública uma necessidade de estrutura, análise e interpretação dos balanços públicos. Segundo Kohama, (2009, p. 34)

A receita tributária é uma fonte da receita orçamentária, composta de impostos, taxas e contribuições de melhoria. Conceitua-se como resultante da cobrança de tributos pagos pelos contribuintes em razão de suas atividades, suas rendas, suas propriedades e dos benefícios diretos e imediatos recebidos do estado.

As receitas de um município provêm de tributos, recolhidos diretamente ou indiretamente pelos contribuintes. Segundo o Art. 5º do Código Tributário Nacional (1966), os tributos podem ser impostos, taxas ou contribuições de melhorias.

O imposto é ocasionado por uma situação, por exemplo, uma venda de mercadoria. É pago pelo contribuinte sem uma contraprestação imediata, específica e direta do Estado. A taxa tem como principal fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição, correspondendo, portanto, a especialização de serviços públicos.

A diferença principal entre impostos e taxas é a destinação específica desse tributo. Como por exemplo, o IPI e o IR que apesar de terem como unidade geradora de recursos a esfera municipal não retornarão igualmente ao município. Neste assunto, a presente pesquisa mostrará a forma de distribuição destes dois impostos federais que formam o FPM.

Já a contribuição de melhoria é destinada a obras públicas que resultem valorização imobiliária, tendo como limite a despesa realizada e como limite individual o acréscimo do valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado. Um exemplo é o pagamento pelo asfaltamento de vias, onde a melhoria resulta expressivamente em uma valorização do imóvel.

2.2 VARIAÇÕES POPULACIONAIS

A contagem de população é de grande importância para os municípios, pois o repasse anual de verbas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), realizado pela União, é determinado principalmente pelas estimativas de variação populacional fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE-, que influem diretamente no cálculo do coeficiente para o repasse do FPM aos municípios. O censo demográfico é uma pesquisa



sobre a população que possibilita a coleta de várias informações, tais como o número de habitantes, número de homens, mulheres, crianças e idosos, onde e como vivem as pessoas e o trabalho que realizam, entre outras coisas.

O IBGE é o principal fornecedor de dados e informações do país, que atendem as necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais, federal, estadual e municipal. O IBGE nos mostra uma visão geral e atualizada do país. A legislação vigente, de acordo com o Decreto Federal nº 73.177 de 20 de novembro de 1973 e a Lei nº 5.534 de 14 de novembro de 1968, modificada pela Lei nº 5.878 de 11 de maio de 1978, dispõe sobre a obrigatoriedade e sigilo das informações coletadas pelo IBGE, as quais se destinam, exclusivamente, a fins estatísticos.

É através dos dados fornecidos pelo IBGE no Censo Demográfico realizado no ano de 2010, que será estimado o repasse do FPM que é transferido para cada município de acordo com a população.

2.3 ORÇAMENTOS PÚBLICO MUNICIPAL

O planejamento nas instituições públicas tem a função de estruturar toda a organização através do orçamento público. Este, que é regido por princípios dispostos em Constituição Federal que estabelece o processo de planejamento pelos seguintes instrumentos:

Plano Plurianual – define diretrizes, objetivos e as metas para as despesas de capital.

Lei de Diretrizes Orçamentárias – orienta na elaboração da lei de orçamento anual.

A Lei de Orçamento Anual (LOA) viabiliza a realização das ações propostas no plano plurianual. Além de estar compatível com os instrumentos do processo de planejamento já citados, deve estar consoante com as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Segundo Araújo e Arruda (2009, p. 57)

O orçamento público é a lei de iniciativa do Poder Executivo e aprovado pelo Poder Legislativo, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro [...] o orçamento, antes de tudo, é instrumento de planejamento que permite acompanhar, controlar e avaliar a administração da coisa pública.



Para os municípios de menor porte, as transferências federais representam significativa contribuição na formação do orçamento municipal, como é explanado no artigo científico de Cavalcanti e Vitti (2010), “que do orçamento total dos Municípios as Transferências Constitucionais representam cerca de 70%, os recursos próprios cerca de 20% e os outros 10% dizem respeito às Transferências Voluntárias”. Sendo, portanto, de fundamental importância a previsão dessas receitas para os municípios. O que resulta em planejamento orçamentário e fixação das despesas.

As transferências governamentais são recursos distribuídos em função de cumprir dispositivos constitucionais e legais. São efetuadas pelo Tesouro Nacional e pelo Governo Estadual. Parte das receitas federais arrecadadas pela União é repassada aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

2.4 FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (FPM)

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é uma das modalidades de transferência de recursos da União para os municípios. É arrecadado através do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. Tal transferência é obrigação constitucional. A Constituição Federal (BRASIL,1988) em seu artigo, § I, estabelece que 22,5% da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, integrarão o FPM. E incluído pela Emenda Constitucional nº 55/07, mais 1% que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano; assim, da arrecadação dos dois impostos, 23,5% da arrecadação líquida - arrecadação bruta deduzida de restituições e incentivos fiscais - pertence constitucionalmente aos municípios.

Esses valores são transferidos aos municípios observados os coeficientes individuais de participação no FPM, conforme estabelece a Lei nº 5.172/1966 - CTN, do montante do FPM, 10% pertencem às Capitais; 86,4% pertencem aos municípios do interior e o restante, 3,6%, constitui o Fundo de Reserva, para distribuição entre os municípios do interior com mais de 142.633 habitantes.



Para determinar o cálculo do FPM são utilizados coeficientes de participação divulgados anualmente pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Este é definido através dos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, órgão responsável pela realização do censo demográfico. Onde realiza-se o levantamento do número de habitantes de cada município e o informa ao TCU. Após análise dessas informações, o TCU, estabelece o coeficiente individual de participação de cada município, com base no disposto no Decreto- Lei nº1.881/81.

Apesar das faixas de divisões dos coeficientes de repasse do FPM determinadas pelo Decreto Lei 1991/81 irem reduzindo o aumento proporcionalmente, o número populacional que a cidade deve crescer é maior a cada faixa. Como mostra a tabela explicativa:

Tabela 1: Faixas Populacionais aplicáveis ao FPM

Faixa de Habitantes		Coeficiente	Diferença em relação à faixa anterior	coeficientes (%)
Até	10.188	0,6	10.188	-
De	10.189 até 13.584	0,8	3.396	1,3333
De	13.585 até 16.980	1,0	3.396	1,2500
De	16.981 até 23.772	1,2	6.792	1,2000
De	23.773 até 30.564	1,4	6.792	1,1666
De	30.565 até 37.356	1,6	6.792	1,1428
De	37.357 até 44.148	1,8	6.792	1,1250
De	44.149 até 50.940	2,0	6.792	1,1111
De	50.941 até 61.128	2,2	10.188	1,1000
De	61.129 até 71.316	2,4	10.188	1,0909
De	71.317 até 81.504	2,6	10.188	1,0833
De	81.505 até 91.692	2,8	10.188	1,0769
De	91.693 até 101.880	3,0	10.188	1,0714
De	101.881 até 115.464	3,2	13.584	1,0666
De	115.465 até 129.048	3,4	13.584	1,0625
De	129.049 até 142.632	3,6	13.584	1,0588
De	142.633 até 156.216	3,8	13.584	1,0555
Acima de	156.216	4,0		

Fonte: Elaborado a partir de STN (2011)

Isso dificulta as cidades de maior porte a subirem de coeficiente. E mesmo com a mudança o aumento não será tão significativo quanto nas cidades menores. Que apesar de crescerem menos em número de habitantes, quando aumentado a base de coeficiente, a mudança trará grande impacto ao orçamento municipal.



2.5 COMUNIDADE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO

A Comunidade dos Municípios da região de Campo Mourão – Comcam - é uma comunidade composta por 25 municípios, situados na região centro oeste do estado do Paraná, que tem como cidade pólo regional a cidade de Campo Mourão, em que está situada a sede dessa comunidade, esta tem como finalidade a promoção da ética e do bem estar aos municípios associados, assim fortalecendo o pólo regional e seus municípios.

A Comunidade foi fundada em 30 de julho de 1969, sendo institucionalizada em 26 de fevereiro de 1986. É uma organização não-governamental com o intuito de promover a integração administrativa, social e econômica dos municípios que se encontram na região de Campo Mourão. Tem como missão promover, com base na ética e na independência político partidária, o município como unidade autônoma de governo, fortalecer sua capacidade de formular políticas, prestar serviços de qualidade, aprimorar a qualidade de vida de seus munícipes e fomentar o desenvolvimento local, com o objetivo de se alcançar uma sociedade democrática e a valorização da cidadania. A Comcam objetiva a integração regional através de estratégias de ações unificadas consideradas bandeiras regionais. (COMCAM, 2009).

É formada pelos seguintes municípios: Altamira do Paraná, Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Goioerê, Iretama, Janiópolis, Juranda, Luiziana, Mamborê, Moreira Sales, Nova Cantu, Peabiru, Quarto Centenário, Quinta do Sol, Rancho Alegre D'Oeste, Roncador, Terra Boa e Ubiratã. Com sua respectiva sede na cidade de Campo Mourão. Estes municípios, em sua maioria, têm uma economia baseada na agricultura. Os municípios que compõem esta micro região são formados por municípios de pequeno porte a municípios de médio porte.

3 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa fornece pressupostos importantes ao trabalho científico. O conhecimento prévio de procedimentos metodológicos traz segurança para captar e analisar as características do objeto estudado. Assim, não há metodologia certa, mas sim metodologia mais adequada aos propósitos do trabalho.



3.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A pesquisa aplicada busca gerar conhecimento sobre um assunto específico e já definido. São utilizados os conhecimentos advindos da pesquisa básica para gerar desenvolvimento científico em geral. (CERVO; BERVIAN, 1983).

Quanto aos fins, a pesquisa pode ser classificada como descritiva. Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. A descrição da característica da população da pesquisa se atentará ao número de habitantes estabelecendo a relação entre os coeficientes de repasse do FPM. Neste trabalho será associado o desenvolvimento de setores econômicos da Comcam mediante possível aplicação direta dos resultados obtidos.

Os documentos a serem analisados na pesquisa trarão números, valores e índices. Assim, a pesquisa será qualitativa e quantitativa no sentido de transformar esses dados em representações simples e constatar se essas verificações simplificadas têm relações entre si.

3.2 ESTRATÉGIAS DE PESQUISA

A pesquisa documental assemelha-se à bibliográfica, mas difere na natureza das fontes. Usam-se materiais que podem ser publicados, porém não exatamente elaborado por autores ou publicados por editoras. São fontes diversificadas de estudo e análise.

Para o levantamento de informações será realizada a pesquisa documental. Utilizará de revisão bibliográfica para fundamentação teórica e pesquisa documental da legislação, demonstrativos contábeis municipais e dados estatísticos. A pesquisa busca respostas, que quando colocadas em prática, auxiliarão a comunidade local e os municípios da região da Comcam.

3.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados utilizada neste trabalho permitirá obter os elementos que sustentarão os resultados a serem obtidos, dando base para os resultados a serem apresentados.



A pesquisa coletará em meios bibliográficos e documentais as informações necessárias para a realização da estimativa do repasse do FPM para o ano de 2011. Será consultado o site oficial do TCU, onde constam todos os repasses de verba aos municípios. Os dados serão os repasses dos meses que já estão publicados, e os coeficientes de todos os municípios do estado do Paraná.

Utilizará orçamentos públicos dos municípios da região da Comcam, que se encontram disponíveis na rede mundial de computadores.

Os dados estatísticos do Censo Demográfico 2010 serão coletados pelo o IBGE por meio das publicações disponíveis no site oficial do instituto.

3.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para transformar as informações coletadas em dados úteis para a análise, serão calculados os novos valores de repasses do FPM para os municípios da Comcam. Serão estimados os valores dos repasses do FPM para cada um dos 25 municípios da região da Comcam para os meses do término do exercício fiscal de 2011. Utilizando a média de crescimento ou redução dos meses até então já publicados.

Os resultados obtidos serão analisados no âmbito do crescimento estadual, regional e municipal. Ou seja, o quanto cada município cresceu populacionalmente e se houve aumento ou redução proporcional dos repasses do FPM. Comparando essa variação com a variação estadual e regional. E, por fim, o quanto os coeficientes do estado do Paraná influenciam na destinação das cotas.

O projeto usa documentos estatísticos que, por sua própria natureza, conduzem à análise quantitativa. Logo, para facilitar a interpretação e o entendimento dos indicadores, serão apresentadas figuras gráficas e tabelas explicativas.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

No resultado da análise dos dados coletados, foram obtidas informações da variação populacional do Censo Demográfico realizado em 2010 para o realizado anteriormente em



2007, de cada município da Comcam. Em uma análise geral, a região vai contra o crescimento populacional do país, com uma queda de aproximadamente 4.000 habitantes, ou seja, 1,19% dos habitantes da região da Comcam.

Como resultado verificamos os maiores crescimentos populacionais, destacando-se o município de Altamira do Paraná com 13,35% de aumento dos municípios e logo em seguida Terra Boa com 4,79%. Os municípios que tiveram a maior redução no número foram Barbosa Ferraz e Iretama, com decréscimo de 9,59% e 7,89% respectivamente.

Como espelho da brusca redução populacional de Barbosa Ferraz, o município teve seu coeficiente do cálculo do repasse do FPM reduzido na escala populacional de 1,0 para 0,8. Essa redução representa uma queda de 20,4% no total da transferência do FPM.

Tabela 1: Evolução Populacional dos Municípios da Comcam

Municípios da Comcam	Habitantes		Variação da População %	Coeficientes	
	2010	2011		2010	2011
Altamira do Paraná	3.799	4.306	13,35	0,6	0,6
Araruna	12.962	13.424	3,56	0,8	0,8
Barbosa Ferraz	13.995	12.653	- 9,59	1,0	0,8
Boa Esperança	4.742	4.568	- 3,67	0,6	0,6
Campina da Lagoa	16.243	15.393	- 5,23	1,0	1,0
Campo Mourão	85.896	87.287	1,62	2,8	2,8
Corumbataí do Sul	4.220	4.003	- 5,14	0,6	0,6
Engenheiro Beltrão	14.280	13.920	- 2,52	1,0	1,0
Farol	3.354	3.472	3,52	0,6	0,6
Fênix	5.017	4.802	- 4,29	0,6	0,6
Goioere	29.704	29.024	- 2,29	1,4	1,4
Iretama	11.510	10.602	- 7,89	0,8	0,8
Janiópolis	6.983	6.536	- 6,40	0,6	0,6
Juranda	7.822	7.641	- 2,31	0,6	0,6
Luiziana	7.357	7.317	- 0,54	0,6	0,6
Mambore	14.332	13.968	- 2,54	1,0	1,0
Moreira Sales	13.238	12.606	- 4,77	0,8	0,8
Nova Cantu	7.481	7.425	- 0,75	0,6	0,6
Peabiru	13.347	13.622	2,06	0,8	1,0
Quarto Centenário	4.881	4.856	- 0,51	0,6	0,6
Quinta do Sol	5.189	5.085	- 2,00	0,6	0,6
Rancho Alegre D'Oeste	2.976	2.847	- 4,33	0,6	0,6
Roncador	12.309	11.544	- 6,21	0,8	0,8
Terra Boa	15.069	15.791	4,79	1,0	1,0
Ubiratã	21.558	21.562	0,02	1,2	1,2

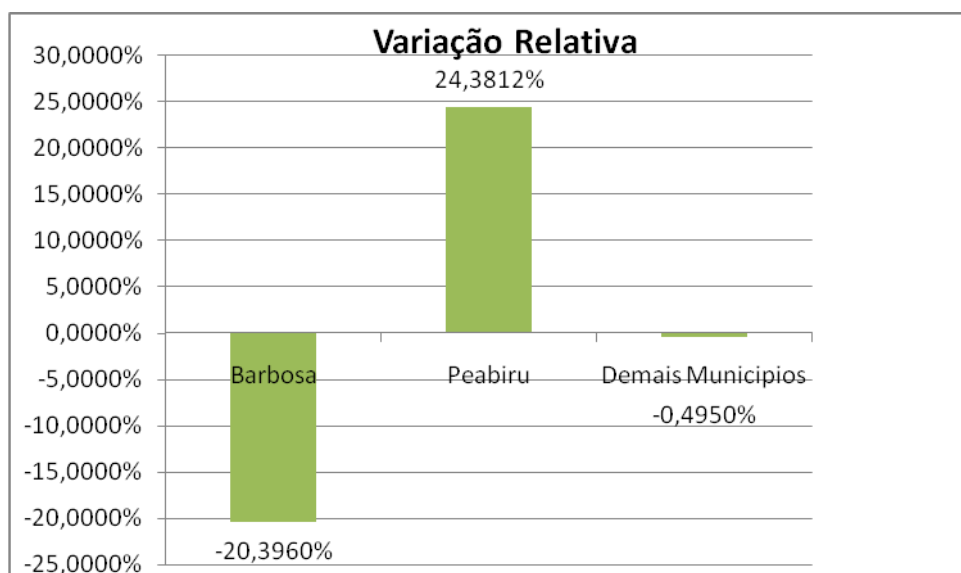
Fonte: Adaptado de IBGE (2011)



Há municípios do estado do Paraná, excluídos da região da Comcam, que tiveram aumento na escala dos coeficientes de repasse devido ao aumento populacional. Como a soma dos coeficientes de todos os municípios do estado é o denominador do cálculo do repasse, todos os municípios da Comcam, exceto Peabiru, receberão proporcionalmente aproximadamente menos 0,5% de transferência do FPM. Porém, a estimativa é que todos os municípios da Comcam receberão, no ano de 2011, aproximadamente 28,51% mais que no ano 2010 devido ao aumento no montante da arrecadação do IPI e IR. Assim, o orçamento municipal de Barbosa Ferraz ainda conta com um aumento nos valores de 2,8%.

A disparidade entre crescimento populacional e aumento no repasse das verbas do FPM se encontra principalmente no município de Peabiru. Este teve 2,06% de variação populacional positiva, e passou a receber a transferência federal do FPM com base no coeficiente 1,0, enquanto até o ano de 2010, recebia com base em 0,8. Isso representa um aumento relativo de 24,38%, que se somado ao aumento da arrecadação da união, estima-se que receberá até o término do ano fiscal de 2011, aproximadamente 62% a mais que no ano anterior.

Gráfico 1: Variação Relativa da Parcela de Repasse do FPM na Comcam por Município



Fonte: Dados da Pesquisa.

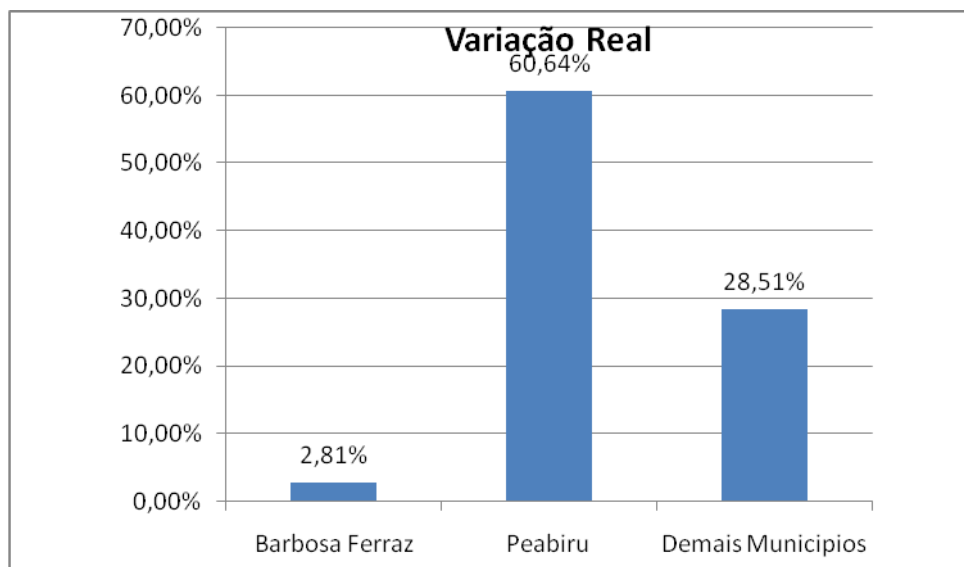
Convém destacar também que, embora outros municípios tenham tido aumento populacional, como pode ser observado na Tabela 1, anteriormente apresentada, não



obtiveram população suficiente para mudar de coeficiente na partição dos recursos do FPM. Nessa situação estão enquadrados diversos municípios, e cabe destaque a quatro, cujos respectivos aumentos populacionais foram: Altamira do Paraná (13,35%), Araruna (3,56%), Farol (3,52%) e Terra Boa (4,79%). Dentre os demais 25 municípios inclusos na região da Comcam, pode-se ainda destacar que o aumento de Peabiru foi inferior aos dos acima listados.

Outro município que teve aumento populacional é a sede da região da Comcam, Campo Mourão. A sede obteve 1,62% de variação populacional positiva, porém também não obteve aumento no repasse do FPM. Em contrário, assim como todos os outros municípios da região, exceto Peabiru, teve uma pequena queda relativa. O que não será tão evidenciado pelo fato do aumento da arrecadação. Ainda, o município que mais cresceu em número de habitantes da região, Altamira do Paraná, com 13,35%, também não receberá aumento proporcional ao seu crescimento populacional, devido ao fato de ainda incluir-se na escala de coeficiente de 0,6.

Gráfico 2: Variação Real do Repasse do FPM na Comcam por Município



Fonte: Dados da Pesquisa.

Por fim, outra análise a que se propõe este A primeira faixa de coeficientes para distribuição do FPM para os municípios compreende população de até 10.188. Logo, em



análise nota-se que o município de Juranda (7.641), que possui 2,6 vezes mais habitantes que o município de Rancho Alegre D'Oeste (2.847), recebe por ano o mesmo valor de transferência. Em uma comparação parecida, Campo Mourão recebe de valor de transferência o dobro que o município de Goioere, porém sua população é três vezes maior.

Considerando somente a receita de transferência do FPM, e seguindo esta análise, entende-se porque o menor município da região da Comcam, Rancho Alegre D'Oeste terá a maior renda per capita em 2011, com o valor de R\$ 1.825,95, e Campo Mourão, o maior em número de habitantes, trabalhará com o menor valor R\$ 277,93 por habitante.

Tabela 2: Evolução do FPM *per capita* nos Municípios da Comcam

Município	FPM per capita 2011	Δ 2010/2011
Rancho Alegre D'Oeste	R\$ 1.825,95	34,34%
Farol	R\$ 1.497,26	24,15%
Corumbataí do Sul	R\$ 1.298,64	35,48%
Altamira do Paraná	R\$ 1.207,26	13,38%
Boa Esperança	R\$ 1.138,02	33,41%
Fênix	R\$ 1.082,56	34,27%
Quarto Centenário	R\$ 1.070,53	29,17%
Quinta do Sol	R\$ 1.022,31	31,14%
Janiópolis	R\$ 795,36	37,30%
Luiziana	R\$ 710,46	29,22%
Nova Cantu	R\$ 700,13	29,48%
Juranda	R\$ 680,34	31,56%
Iretama	R\$ 653,77	39,52%
Peabiru	R\$ 636,04	57,40%
Engenheiro Beltrão	R\$ 622,42	31,84%
Mambore	R\$ 620,28	31,86%
Roncador	R\$ 600,42	37,03%
Campina da Lagoa	R\$ 562,86	35,61%
Moreira Sales	R\$ 549,84	34,96%
Terra Boa	R\$ 548,67	22,64%
Barbosa Ferraz	R\$ 547,80	13,71%
Araruna	R\$ 516,34	24,09%
Ubiratã	R\$ 482,19	28,49%
Goioere	R\$ 417,92	31,52%
Campo Mourão	R\$ 277,93	26,47%

Fonte: Elaborado pelos autores.



No município com o maior aumento do repasse, Peabiru, a renda per capita passou de R\$ 404,09 para R\$ 636,04. Um aumento de aproximadamente 57%, o maior da região da Comcam. Em contrapartida, o município de Altamira do Paraná teve o menor aumento, 13,3%, o que não igualou ao crescimento da arrecadação, pois em 2011 o município trabalha com o mesmo coeficiente de repasse, porém com mais 13,35% de habitantes.

Assim, entende-se que os menores municípios são os que trabalham com uma maior transferência federal de FPM por habitante. Os municípios que tiveram aumento populacional não obtiveram o mesmo aumento real da arrecadação da união, isso devido ao fato de se manterem na mesma faixa de coeficiente.

5. CONCLUSÕES

Houve-se muito dizer que prefeituras disputam judicialmente 'partes de terra' na divisa com outros municípios. Porém, mais que a parte física de aumento territorial, o que mais importa às prefeituras é a população que nelas habitam. Com o estudo apresentado notou-se que o aumento da população faz a diferença para a advinda de verbas públicas, neste caso o FPM. Assim, apesar de não explicitado pela mídia ou pela campanha eleitoral dos candidatos à representantes da população, essa disputa judicial faz todo sentido.

Dentro de uma região com todos os municípios de pequeno porte, o repasse do FPM, e de outras verbas federais, é primordial para o desenvolvimento das atividades. Para os gestores públicos as informações têm importância ímpar na construção de políticas regionais governamentais. Quando da realização do orçamento público municipal, a administração pública já deve ter em mãos uma estimativa de quanto o município receberá no próximo ano fiscal. Somente assim, pode-se fixar as despesas com o mínimo de segurança.

Estudou-se dados e informações que são úteis para a administração pública, porém é de real importância para os munícipes. Pois o conhecimento de com quanto seu município será administrado traz a aceitação das dificuldades de gestão, ou, o sentimento de dever cobrar dos seus representantes uma boa administração devido ao fato de receber um aumento no repasse das transferências federais.



Em síntese, a região da Comcam receberá um aumento real no ano discal de 2011 de 28,65% em comparação ao ano anterior. Isso devido ao aumento da arrecadação, pois a mudança de faixa de distribuição dos municípios de Barbosa Ferraz e Peabiru se equilibra. E ainda, devido ao aumento da população de outros municípios que não fazem parte da região da Comcam, fez com que a região tivesse uma queda no repasse da distribuição da verba total do estado do Paraná.

Com base no estudo apresentado, a tentativa da administração pública em equalizar a distribuição das verbas públicas com base em número de habitantes, tem sofrido distorções em alguns municípios da Comcam. Se a lógica da equalização é que os menores municípios recebam mais transferências federais por causa da sua baixa arrecadação próprio de impostos municipais, o município de Roncador é um exemplo de um municípios que recebe menos transferência de FPM per capita que o município de Engenheiro Beltrão mesmo tendo menos munícipes.

6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 3.^a edição. 3.^a reimpressão. São Paulo: Atlas, 2010.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão dos Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. **Contabilidade Pública: da teoria à prática**. 2. Edição atualizada. São Paulo: Saraiva 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa**. Edição atualizada. São Paulo: Saraiva 2007.

BRASIL. **LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966**. Disponível: <http://www.fazenda.gov.br> Acesso em 27 de maio de 2011.

CAVALCANTI, Alessandra. VITTI, Igor. FERREIRA, Jorge Leandro Delconte. **Gestão pública na Comcam**. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_v_epct/PDF/ciências_sociais/07_CAVALCANTI.pdf. Acesso em: 23 de março de 2011.

COMCAM – **Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão**. Disponível em: <http://www.comcam.com.br>. Acesso em: 04 de abril. 2011.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. São Paulo: Atlas, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4^a edição. 11 reimpressão. São Paulo, Atlas 2008.



IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/> Acesso em 23 de abril de 2011.

KOHAMA, Hélio. **Balancos Públicos: teoria e prática**. 2. Edição. 6. Reimpressão: São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6.^a edição. São Paulo: Atlas, 2005.

LINTZ, Alexandre; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. 2^a edição. São Paulo: Atlas, 2007.

PARANÁ, Universidade Tecnológica do. **Comissão de Normalização de Trabalhos Acadêmicos** - Normas para Elaboração de trabalhos acadêmicos. Universidade de Trabalhos Acadêmicos Curitiba; editora UTFPR, 2009.

PETRI, Nelson. **A lei 4.320/64 e os princípios de contabilidade geralmente aceitos. 1981**. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade)-Faculdade de economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia Aplicada a Contabilidade: orientações de estudos, projetos, relatório, monografias, dissertações, teses**. São Paulo: Atlas, 2008.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública: um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a lei de Responsabilidade Fiscal**. 2. Edição. 6. Reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009.

STN. **Cartilha de transferências constitucionais FPE e FPM**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/download/cartFPEeFPM.pdf>. Acesso em: 22 de março de 2011.